



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000543639**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1009911-68.2017.8.26.0278, da Comarca de Itaquaquecetuba, em que são apelantes/apelados FERNANDO MIRANDA DE LIMA (JUSTIÇA GRATUITA) e MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S/A, são apelados IVONE VIEIRA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A.

**ACORDAM**, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), CARMEN LUCIA DA SILVA E ALMEIDA SAMPAIO.

São Paulo, 8 de julho de 2021.

**CLAUDIO HAMILTON**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1009911-68.2017.8.26.0278**

**Comarca: Itaquaquecetuba**

**Apelantes/Apelados: Fernando Miranda de Lima (Justiça Gratuita) e  
Movida Locação de Veículos S/A**

**Apelados: Ivone Vieira dos Santos (Justiça Gratuita) e Eletropaulo  
Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A**

**Juiz: Thiago Henrique Teles Lopes**

**VOTO 25.212**

ACIDENTE DE VEÍCULO - INDENIZATÓRIA - DANO MORAL - Parcial procedência da ação principal e improcedente com relação a corré Eletropaulo Metropolitana S/A - Choque contra um poste de energia elétrica, que, por sua vez, caiu sobre vítima que dormia na calçada - Responsabilidade do condutor do veículo locado, haja vista sua imprudência e inobservância de distância segura e velocidade compatível do local - Inteligência do art. 29, inc. II, do Código de Trânsito Brasileiro - Responsabilidade solidária e objetiva da locadora de veículo, diante do risco interno da atividade empresarial por ela exercida - Enunciado da Súmula 492 do STF - Dano moral caracterizado - Falecimento do filho da autora - Verba devida - Fixação em primeiro grau na quantia de R\$ 100.000,00 mantida - Critérios da proporcionalidade e razoabilidade - Sentença mantida - Sucumbência recursal, nos termos do art. 85, § 11 do CPC - Recursos desprovidos, nos termos do acórdão.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais ajuizada por IVONE VIEIRA DOS SANTOS contra ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A e FERNANDO MIRANDA DE LIMA, julgada parcialmente procedente à lide principal para condenar os réus, de forma solidária ao pagamento em favor da autora a indenização por danos morais correspondentes no total R\$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescidos de juros moratórios (1% ao mês) desde a data do evento danoso (súmula 54 do STJ) e correção monetária pelo índice da tabela prática do TJSP a partir da sentença. E, julgada improcedente, nos termos do art. 487, inciso I do

CPC, a ação em relação a corré Eletropaulo Metropolitana S/A. Em razão da sucumbência, condenada a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, ressalvada a gratuidade concedida (art. 98, §3º CPC). Por fim, a sucumbência, condenados os corréus, Fernando e Locadora Movida, também de forma solidária, ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de sucumbência, fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Inconformado, apela o corréu Fernando Miranda de Lima pleiteando, em síntese, a improcedência da demanda, ante a culpa exclusiva de terceiro. E, caso outro entendimento, requer a redução da fixação indenizatória.

Argui o apelante, que o acidente foi provocado pela litisdenunciada que retirou o veículo do poste sem as cautelas necessárias.

Alega o apelante, após o acidente, acionou a Movida Locação de Veículos Ltda, e diante do contrato firmado foi responsabilizado pelo pagamento indenizatório à Movida, acerca do prejuízo causado. E, daí em diante, passou-se a responsabilidade à Movida quanto aos procedimentos futuros em relação ao veículo e sua colisão.

Argui o apelante, que o falecimento de Ricardo dos Santos Quintino não se deu efetivamente pela batida do veículo, mas sim em

razão da retirada do veículo do local, sem o devido cuidado, zelo, e segurança necessária, e tampouco foi verificado os riscos no momento da retirada do veículo.

Sustenta ausência de nexo de causalidade para o evento morte, pois o apelante veio a colidir com o veículo no poste de energia, e dessa colisão, não houve qualquer dano, senão ao próprio veículo. Dessa forma, requer a exclusão condenatória.

O apelante atribui culpa a terceiro na ocorrência do evento danoso.

Em contrapartida, apela a corré litisdenunciada Movida Locação de Veículos S/A pleiteando a improcedência da demanda, ante a inexistência de danos morais. E, caso outro entendimento, requer seja reduzido o valor indenizatório para patamares razoáveis não superior a R\$ 30.000,00.

Sustenta a apelante, que não reconhece qualquer grau de culpa pela eclosão do acidente que vitimou o filho da apelada Ivone, haja vista que não praticou qualquer conduta ativa ou passiva que pudesse influenciar na ocorrência do evento danoso.

A apelante nega a existência de qualquer dano moral, pois apesar de incontroversa a ocorrência do acidente, este não é motivação para o dever de indenizar.

Afirma a apelante, que a vítima era um andarilho que, sob o efeito de entorpecentes e bebida alcóolica, estava dormindo embaixo de um poste de eletricidade. E, pela narrativa da inicial, a vítima

Ricardo não era pessoa que vivia no seio familiar, pelo contrário, passava a maior parte de seu tempo na rua, em condições degradantes, sem que sua mãe pudesse sequer saber seu paradeiro.

Assim, para a apelante, a ausência de convivência do *de cujus* com a família, contato ou notícias, já é o suficiente a afastar o alegado dano moral.

Vieram contrarrazões.

É o relatório.

Narra a inicial que a autora é mãe de Ricardo dos Santos Quintino, falecido em 5.7.2017, em razão de um acidente no qual o veículo conduzido pelo segundo requerido, Fernando, chocou-se contra um poste de energia elétrica que caiu sobre ele que dormia na calçada.

Daí a razão da procedência da ação para que os requeridos sejam condenados ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 500.000,00.

Concedido a gratuidade à autora.

Citada a *corré* Eletropaulo S.A, ofertou contestação sustentando ausência de nexo de causalidade e culpa exclusiva de terceiro, haja vista que o poste de energia elétrica somente veio a cair e atingir o filho da autora, após o choque provocado pelo *corréu*. Assim, aduziu não haver concorrido para o ilícito narrado na inicial, bem como inexistir prova do dano moral pleiteado.

O *corréu* Fernando Miranda, ofertou contestação. Denunciou

a locadora de veículos, Movida, à lide. No mérito, alegou ausência de nexos causal entre o abaloamento e o acidente fatal, haja vista que a queda do poste ocorreu após a retirada do veículo pela seguradora.

A denunciação à lide foi deferida.

A litisdenunciada, Movida Locação de Veículo, ofertou contestação arguindo, preliminarmente, ilegitimidade passiva e impossibilidade de intervenção de terceiro. No mérito, alegou ausência de proteção para o acidente narrado na inicial, sendo responsabilidade exclusiva do réu pelo acidente. Afirmou que a responsabilidade da locadora é subjetiva e relativa apenas a falhas mecânicas existentes no veículo locado. Afirmou ainda ausência de prova do dano moral alegado.

A ação principal foi julgada parcialmente procedente e improcedente a ação com relação a corré Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.

Os recursos não prosperam.

No caso *sub judice*, as provas coligidas nos presentes autos demonstram que, efetivamente, ocorreu o acidente de trânsito envolvendo as partes, conforme se depreende do Boletim de Ocorrência encartado.

O depoimento das testemunhas presentes no momento do acidente (fls. 26/74) afirmam que o corréu Fernando foi o responsável pelo acidente em questão, como também que o poste de energia elétrica veio a cair após a retirada do veículo pela litisdenunciada.

O Código de Trânsito Brasileiro, no seu artigo 29, inciso II, expressa que: “o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e a condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas”.

Ora, todo o contexto fático-probatório indica que o condutor do veículo locado, Fernando, agiu com culpa ao colidir com o veículo no poste, pois deveria ter agido com prudência ao conduzir veículo, observando a distância segura e a velocidade compatível com o local.

Assim, conforme bem sinalado pelo juízo sentenciante, a manobra do réu foi contrária às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e concorreu para a ocorrência do ilícito civil. E, mesmo que fosse levíssima a culpa, haveria o dever de indenizar, pois o art. 159 do Código Civil não faz tal distinção.

Diante das circunstâncias, fica afastada a alegada responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público, a Eletropaulo, pois no caso dos autos nota-se que o acidente se deu por culpa exclusiva de terceiro.

Assim, constatada a prática de ato ilícito pelo condutor do veículo locado, cumpre reconhecer, por força da Súmula nº 492 do STF (“A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado”), e pelo disposto no art. 942, parágrafo único do Código

Civil, o dever de indenizar que recai sobre a proprietária do veículo, sendo a responsabilidade solidária e objetiva, diante do risco interno da atividade empresarial exercida pela locadora.

É sabido que o dano moral é devido quando a lesão afeta um bem jurídico contido nos direitos de personalidade, como a vida, a integridade corporal, a honra, a própria imagem, etc.

Logo, é patente o dano moral sofrido pela apelada, pelo sofrimento decorrente da morte de seu filho que deixou o seio familiar de forma brusca, causando inegável angústia e tristeza.

No que diz respeito ao valor do dano moral, deve o julgador se pautar pelos critérios sancionatório e compensatório da dor, informado ainda pela situação econômica das partes, o grau de culpa do agente e a repercussão da ofensa, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para evitar o enriquecimento indevido da vítima, e a injustiça da condenação imposta ao agente.

No que diz respeito ao valor do dano moral, deve o julgador se pautar pelos critérios sancionatório e compensatório da dor, informado ainda pela situação econômica das partes, o grau de culpa do agente e a repercussão da ofensa, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para evitar o enriquecimento indevido da vítima, e a injustiça da condenação imposta ao agente.

No caso, o magistrado em primeiro grau fixou o dano moral em R\$ 100.000,00, a ser pago solidariamente pelos réus, quantia que deve ser mantida, diante da situação fática espelhada nos presentes





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

autos.

No mais, ficam majorados os honorários advocatícios fixados na sentença para 15% a cargo dos apelantes, nos termos do art. 85, § 11 do CPC, observada a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita em favor do corréu Fernando.

Pelo exposto, é negado provimento aos recursos, nos termos do acórdão.

**CLÁUDIO HAMILTON**  
Relator